



“Palavra dada, palavra honrada”

Então, e agora Sr. SEAF?

No passado dia 6 de dezembro, Federação Nacional dos Sindicatos em Funções Públicas e Sociais - FNSTFPS, esteve reunida com o Subdiretor Geral dos Recursos Humanos, em representação da Sra. Diretora Geral e com a Diretora de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos, da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Imediatamente após a tomada de posse do XXII Governo, a Federação solicitou uma reunião com o Sr. Ministro das Finanças.

Na ausência de resposta, em meados de novembro, a Federação questionou a SEAF, que informou estar ocupada com a preparação do OE para 2020, e que não havia disponibilidade de agenda.

Face ao silêncio do Governo, esta reunião com os dirigentes da AT teve como objetivo principal fazer o ponto da situação relativamente a: **abertura dos concursos de promoção, processos de mobilidade intercarreiras e regulamentação complementar** prevista no Dec-Lei n.º 132/2019 de 30 de agosto para as carreiras especiais.

Abertura dos Concursos de Promoção

O Subdiretor Geral dos Recursos Humanos, informou que a AT apresentou ao SEAF, propostas para a abertura de todos os concursos de promoção com a respetiva orçamentação, que está tudo pronto, e que os serviços, só aguardam a confirmação do Governo para avançar com o processo.

A Federação afirmou sempre, que a revisão das carreiras especiais era um assunto relevante, mas o mais importante era a valorização do salário dos trabalhadores, que só pode acontecer pela via da realização dos concursos de promoção.

Ao longo do período negocial da revisão das carreiras especiais da AT, o SEAF, assegurou que tal iria acontecer, aliás em linha com o discurso do Governo que apontava para o descongelamento das promoções e progressões na administração pública.

Muitos trabalhadores esperam há 15 e mais anos pela realização destes concursos de promoção, talvez o último das suas carreiras, colocando definitivamente um fim à injustiça que representou para os trabalhadores o congelamento das promoções durante tantos anos.

É por isso uma exigência da Federação, que sejam abertos todos os concursos que abranjam os trabalhadores que no quadro de carreiras vigente estejam em condições de ser promovidos.

Conforme o que se encontra legislado, se os concursos não forem abertos até 31 de dezembro de 2019, antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 132/2019 de 30 de agosto, estes trabalhadores verá o seu direito à carreira ser ainda mais prejudicado, o que torna esta situação ainda mais grave.

O Sr. Subdiretor Geral dos Recursos Humanos, afirmou que até à presente data a AT não tem qualquer sinal do Governo nesta matéria, mas que com o aproximar do final do ano, nesta contagem regressiva, será natural que os trabalhadores da AT estejam cada vez mais preocupados com a total ausência de resposta por parte do poder político, nomeadamente o SEAF, para quem “palavra dada é palavra honrada”.

A Federação reafirma que não podem goradas as expectativas legitimamente criadas pelos trabalhadores da AT e que se aborte de forma irremediável os seus percursos profissionais.

Processos de Mobilidade Intercarreiras

A Federação foi informada que estão a decorrer conforme o previsto os diversos processos de mobilidade intercarreiras que abrangem os trabalhadores das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Sobre esta matéria a Federação discorda da distinção estabelecida entre os trabalhadores da área tributária e da área aduaneira, a quem são exigidas médias de aprovação no processo de mobilidade diferentes: 10 e 14 valores respetivamente.

Regulamentação Complementar

A Federação demonstrou grande preocupação que passados quase 120 dias sobre a promulgação do Decreto-Lei n.º 132/2019 de 30 de agosto, que estabelece um período de 240 dias para a regulamentação das matérias complementares prevista para as carreiras especiais, não se tenha iniciado qualquer processo negocial.

SIADAP/Avaliação Permanente

A Sra. Diretora de Serviços de Gestão dos Recursos Humanos, informou que sobre este assunto, como está previsto que o Governo proceda a alterações no SIADAP-Geral, a AT está a aguardar essas alterações, para posteriormente avançar com uma proposta sobre a avaliação de desempenho e sobre a avaliação permanente para os trabalhadores da AT.

Disse também que se encontra constituída uma equipa de trabalho que envolve os Recursos Humanos e a Formação que já está a trabalhar sobre este assunto, e que não se justifica que a AT interrompa a meio o ciclo de avaliação que está a decorrer.

Afirmou que a referida equipa de trabalho irá desenvolver no terreno um trabalho, no sentido de

fazer o levantamento das competências das diversas áreas de trabalho desenvolvidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Esta posição só vem confirmar a posição da Federação que sempre defendeu uma auditoria externa ao processo de fusão, designadamente no que respeita às funções desempenhadas na área tributária e aduaneira.

A Federação sempre considerou que seria da maior importância avaliar a criação da AT, antes de avançar para a revisão das carreiras especiais, primeiro estabelecem-se as carreiras e agora por razões de mapeamento da gestão por competências vai-se fazer o levantamento das funções desempenhadas, é inacreditável!!! Isto é o mundo ao contrário!

Suplementos Remuneratórios

A Federação considera este assunto muito sensível, pelo facto de estar ligado ao processo de transição para a nova grelha de carreiras especiais, como não foram previstas medidas cautelares, prevê-se um cenário onde serão agravadas as injustiças decorrentes dos diferentes percursos de carreiras, nomeadamente no que se refere aos trabalhadores aduaneiros.

As regras de transição para a nova grelha de carreiras especiais são as previstas na Lei geral, são

fundamentadas no vencimento base, e como essa parte do salário dos trabalhadores aduaneiros é inferior à dos trabalhadores tributários, pela não aplicação do DL 404-A/98, será cometida uma enorme e irreparável injustiça.

Na reunião de 28 de fevereiro deste ano, com a Federação, a Sra. Diretora Geral da AT, reconheceu situação de injustiça e prometeu a sua correção, o facto é que até ao momento não foi apresentada qualquer proposta nesse sentido.

Regulamento de “Deslocação” Interno

Subdiretor Geral dos Recursos Humanos, informou que está a ser elaborado um projeto que irá permitir a mobilidade dos trabalhadores da AT entre os diversos serviços.

A Federação está de acordo que se trata de um instrumento muito importante para a AT na gestão dos seus Recursos Humanos, entendemos que a

instituição se encontra engessada no que se refere a este tipo de mobilidade.

A Federação considera que é importante que este instrumento responda às expectativas dos trabalhadores e que sirva também de instrumento na prevenção da fraude na AT.

A Federação reafirma que os trabalhadores da AT - Autoridade Tributária e Aduaneira têm todos os motivos para estarem unidos e mobilizados para a luta em torno da defesa dos seus direitos e reivindicações, devem permanecer e atentos para não se deixarem “embrulhar” em falsas promessas que podem prejudicar de forma irreparável as suas carreiras profissionais.

“Palavra dada, palavra honrada” Então, e agora Sr. SEAF?

Mantém-te informado!

SINDICALIZA  **no STFPSCentro**
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização



Coimbra, Dezembro de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

10 de Dezembro de 2019